

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CIDADES MÉDIAS: evidências a partir dos dados dos censos demográficos do IBGE¹

Vitor Koiti Miyazaki

Doutor em Geografia, Professor da Universidade Federal de Uberlândia, Campus Pontal, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil²
vitor.ufu@ufu.br

Maryana Rodrigues da Silva

Graduanda em Geografia, Bolsista de Iniciação Científica (CNPq) na Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil²
maryana.silva@ufu.br

RESUMO: O processo de urbanização no Brasil, intensificado principalmente após a segunda metade do século XX, trouxe profundas transformações para a estrutura e organização do espaço urbano, com repercussões na configuração das desigualdades socioespaciais em diversas realidades, inclusive nas cidades médias. Assim, torna-se fundamental analisar e compreender as desigualdades socioespaciais nestas cidades e, para tanto, destacamos o potencial dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE neste processo. Considerando-se o contexto de três cidades médias, este texto busca evidenciar a eficiência dos dados censitários para o diagnóstico e caracterização do espaço urbano. Para tanto, foi explorada a base de dados por setores censitários, disponibilizada pelo IBGE, a partir da tabulação, sistematização e mapeamento das informações. Os resultados apresentados até o momento demonstram tanto as desigualdades socioespaciais que marcam cada uma das cidades analisadas, quanto a eficiência dos dados censitários para esta caracterização, tornando-se relevante para os estudos urbanos e, também, para a gestão e o planejamento.

Palavras-chave: Cidades médias; desigualdades socioespaciais; dados censitários.

SOCIO-SPATIAL INEQUALITIES IN MEDIUM-SIZED CITIES: evidence based on data from IBGE demographic censuses

ABSTRACT: The urbanization process in Brazil, intensified primarily after the second half of the 20th century, has brought profound transformations to the structure and organization of urban spaces, with significant repercussions on the configuration of socio-spatial inequalities across various contexts, including intermediate cities. Thus, it becomes essential to analyze and understand socio-spatial inequalities in these cities. For this purpose, the potential of census data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) is highlighted. Considering the context of three intermediate cities, this study aims to demonstrate the efficiency of census data in diagnosing and characterizing urban spaces. To achieve this, the database by census tracts, provided by IBGE, was explored through tabulation, systematization, and mapping of the information. The results presented thus far reveal both the socio-spatial inequalities that characterize each of the analyzed cities and the efficiency of census data for this characterization, underscoring their relevance for urban studies, as well as for management and planning.

Keywords: Intermediate cities; socio-spatial inequalities; census data.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIALES EN CIUDADES MEDIANAS: evidencias a partir de los datos de los censos demográficos del IBGE

RESUMEN: El proceso de urbanización en Brasil, intensificado principalmente a partir de la segunda mitad del siglo XX, ha generado profundas transformaciones en la estructura y organización del espacio urbano, con repercusiones en la configuración de las desigualdades socioespaciales en diversas realidades, incluidas las ciudades intermedias. En este sentido, resulta fundamental analizar y

¹ Texto elaborado a partir dos resultados parciais das pesquisas “Contribuições para o estudo da morfologia urbana e da fragmentação socioespacial em cidades não metropolitanas” (Iniciação científica com bolsa do CNPq) e “Morfologia urbana e fragmentação socioespacial: formas e processos espaciais em cidades não metropolitanas” (Chamada Universal CNPq nº 18/2021).

² Endereço para correspondência: Rua Vinte, 1600, Tupã, CEP: 38304-402, Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.

comprender las desigualdades socioespaciales en estas ciudades, destacando el potencial de los datos censales del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) en este proceso. Considerando el contexto de tres ciudades intermedias, este texto busca evidenciar la eficacia de los datos censales para el diagnóstico y la caracterización del espacio urbano. Para ello, se exploró la base de datos por sectores censales, puesta a disposición por el IBGE, a partir de la tabulación, sistematización y mapeo de la información. Los resultados presentados hasta el momento demuestran tanto las desigualdades socioespaciales que caracterizan cada una de las ciudades analizadas como la eficacia de los datos censales para esta caracterización, subrayando su relevancia para los estudios urbanos, así como para la gestión y la planificación.

Palabras clave: Ciudades intermedias; desigualdades socioespaciales; datos censales.

Introdução

Tendo em vista o processo de produção do espaço urbano a partir das lógicas capitalistas, as desigualdades socioespaciais se manifestam de forma contundente nas cidades brasileiras, evidenciando as persistentes disparidades econômicas, sociais e de acesso a serviços básicos que marcam a história do país. Ainda no contexto brasileiro, a intensificação do processo de urbanização, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, levou ao aprofundamento das desigualdades socioespaciais nas cidades.

Se num primeiro momento tais impactos foram mais evidentes nas grandes cidades e metrópoles, gradualmente, diversos outros centros urbanos também verificaram a ampliação das desigualdades. Neste cenário, destacam-se as cidades médias, frequentemente consideradas, especialmente devido a interesses econômicos e políticos, como locais promissores do ponto de vista econômico e caracterizadas por uma maior qualidade de vida. O que se nota, na realidade, é que sob a lógica da produção capitalista do espaço, as desigualdades se fazem presentes e se aprofundam também nas cidades médias.

Sendo assim, este texto busca evidenciar as desigualdades socioespaciais a partir de dados censitários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, considerando-se três cidades médias, sendo elas: Dourados, no estado do Mato Grosso do Sul, Ituiutaba, em Minas Gerais, e Presidente Prudente, no estado de São Paulo. O intuito é destacar o potencial dos dados levantados e disponibilizados gratuitamente pelo IBGE para o diagnóstico e caracterização das cidades, inclusive contribuindo para o planejamento urbano e concepção de políticas públicas.

Além desta introdução, o texto está estruturado em três seções principais. Na primeira, desenvolvemos uma discussão sobre as desigualdades socioespaciais, fundamentada em contribuições teóricas e estudos pertinentes ao tema, mas com ênfase para o contexto das cidades médias. Em seguida, focamos nas cidades analisadas tendo em vista alguns dados censitários que contribuem para o diagnóstico e caracterização das desigualdades. Por fim, apresentam-se as considerações finais baseadas nas discussões teóricas e nos resultados obtidos, com ênfase no potencial dos dados censitários para os estudos urbanos e a sua eficiência para subsidiar a gestão e o planejamento.

A respeito das desigualdades socioespaciais nas cidades médias

O processo de urbanização no Brasil, intensificado principalmente a partir da segunda metade do século XX, promoveu profundas transformações na estrutura e organização das cidades. Esse fenômeno, caracterizado pela crescente concentração de atividades econômicas e populacionais nos centros urbanos, deu origem a novas dinâmicas sociais, econômicas e espaciais, com repercussões na conformação e aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Conforme mencionado anteriormente, as desigualdades socioespaciais constituem uma característica intrínseca da urbanização contemporânea. Mais do que meras diferenças

na distribuição de infraestrutura e serviços, essas desigualdades refletem relações de poder, estratégias de dominação e uma lógica excludente que limita ou dificulta o acesso pela população a recursos essenciais, como, por exemplo, educação, saúde, segurança e mobilidade urbana.

Isto porque estas desigualdades são resultantes da dinâmica capitalista no âmbito do processo de produção do espaço urbano. Rodrigues (2007, p.74) menciona que “A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social”. A autora ressalta ainda que

A desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. É visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres (Rodrigues, 2007, p.75).

É neste contexto que as desigualdades se fazem presentes nas cidades. Considerando-se a perspectiva da produção do espaço urbano (Corrêa, 1989 e 2011), é preciso atentar para o dado de que a cidade está sendo constantemente produzida a partir de lógicas e interesses diversos que levam à conformação, manutenção e aprofundamento destas desigualdades. Penna e Ferreira (2014, p.26), por exemplo, evidenciam os problemas que caracterizam as áreas das cidades “sem infraestrutura, sem oportunidades de trabalho e de condições de vida” e, com base em Ferreira et al. (2008), afirmam que:

Desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda e se mesclam no espaço, se sintetizam e se expressam como desigualdades sócio-espaciais, retroalimentando-se. E na medida em que as condições de infraestrutura e de vida são melhoradas nesses lugares, a valorização expulsa os mais pobres para locais ainda com piores condições. É a lógica da produção injusta do espaço (Ferreira et al., 2008, p.9, apud Penna e Ferreira, 2014, p.26).

Portanto, no âmbito da lógica capitalista que permeia a produção e reprodução das cidades, na qual os interesses imobiliários se sobressaem, as desigualdades não só se mantêm como também se ampliam. Neste cenário, conforme evidenciado por Pequeno (2008), as desigualdades socioespaciais aumentam diante da prevalência dos interesses imobiliários e a ausência de políticas públicas e atuação efetiva do poder público.

Na ausência de uma política urbana que estabelecesse os procedimentos a serem seguidos na elaboração de processos de planejamento, bem como que regulasse a aplicação dos instrumentos de gestão do solo urbano, resulta de forma generalizada, um processo de urbanização recente marcado pela desordem, pela disparidade sócio-espacial, ficando as cidades, salvo algumas exceções, à mercê das ações de especuladores imobiliários, os quais muitas vezes atrelados ao Estado, otimizaram retornos de investimentos, promovendo a deterioração do ambiente urbano (Pequeno, 2008, p.2).

Assim, neste cenário, caracterizado pela atuação de diferentes agentes produtores do espaço urbano (Corrêa, 1989), sob os seus interesses, levam à manutenção ou mesmo aprofundamento das desigualdades no contexto das cidades. Dessa forma, vale lembrar que com o crescimento e expansão das cidades, as distâncias a serem percorridas pelos moradores aumentam cada vez mais, ampliando-se as dificuldades justamente para aqueles que possuem menores condições socioeconômicas. A título de exemplo, Pereira et al. (2020), a partir do tema da mobilidade urbana, analisa as condições de acessibilidade e suas implicações nas desigualdades.

Esses problemas são particularmente agudos em áreas periféricas de baixa renda, onde o transporte deficiente, combinado com a falta de oportunidades econômicas e serviços básicos, tende a agravar a pobreza e as desigualdades socioespaciais. Nesse sentido, ao mesmo tempo que essas restrições de acesso a oportunidades refletem as desigualdades sociais e espaciais existentes nas cidades, elas também agem como uma força que aprofunda e reforça essas desigualdades (Pereira et al., 2020, p.10).

As cidades são, portanto, caracterizadas por estas desigualdades que, por serem complexas, necessitam ser mais bem analisadas e elucidadas. A partir da perspectiva da diferenciação socioespacial, o estudo realizado pelo IBGE (2017, p.12) trouxe uma importante contribuição nesta direção, ao mapear as diferenças existentes no tecido urbano para, assim, sistematizar “o mosaico interno que a compõe”. Vale lembrar que embora o estudo em questão tenha oferecido uma contribuição importante para o tema, abarcou apenas as concentrações urbanas acima de 300 mil habitantes. Assim, torna-se fundamental que sejam realizados estudos e pesquisas que contemplem também outros centros urbanos no contexto da diversidade regional do país.

Isto porque a urbanização brasileira não se apresenta como um processo homogêneo. Pelo contrário, é marcada por sua heterogeneidade, na qual distintos agentes sociais, econômicos e políticos atuam com diferentes intencionalidades e interesses. Esse contexto leva à conformação de um espaço urbano desigual que varia de acordo com as especificidades locais, bem com as regiões e os estratos da rede urbana.

Assim, torna-se imprescindível analisar e compreender as múltiplas realidades urbanas que compõem o país. Com a intensificação do processo de urbanização, as grandes cidades e metrópoles passaram por um forte e rápido crescimento, sobressaindo-se quanto aos problemas urbanos, inclusive no que se refere às desigualdades socioespaciais.

Porém, com o tempo, diversos outros centros urbanos também verificaram a ampliação dos problemas urbanos, bem como o aprofundamento das desigualdades. É neste cenário que se destacam as cidades médias, que desempenham um papel fundamental no cenário urbano brasileiro, funcionando como polos regionais de integração econômica, social e cultural. Tais cidades passaram por um crescimento expressivo ao longo das últimas décadas, além de terem desempenhado função estratégica no âmbito do planejamento urbano e regional do país (Amorim Filho e Serra, 2001), assim como na política nacional de desenvolvimento urbano (Motta e Mata, 2008).

Neste ponto, consideramos importante ter clara a distinção entre os termos “cidade média” e “cidade de porte médio”, conforme já destacado por Sposito (2004). Este último termo se refere, como a própria expressão delimita, a um tamanho de cidade que é atribuída, geralmente, ao critério demográfico. Neste caso, é possível estabelecer um intervalo demográfico que caracteriza as cidades de porte médio, por exemplo, de 100 a 500 mil habitantes, como é o caso da faixa considerada pelo IBGE. Já o termo “cidade média” vai além do critério demográfico, considerando os papéis de intermediação na rede urbana que um determinado centro desempenha. Ou seja, a cidade média não é estabelecida apenas por seu porte demográfico, uma vez que são considerados outros aspectos, sobretudo de caráter relacional no âmbito dos papéis que desempenha na rede urbana.

De acordo com Amorim Filho (1976), as cidades médias atuam como centros dinâmicos de crescimento, impulsionando transformações econômicas e urbanas que impactam as regiões ao seu redor. Nesse sentido, estudar as cidades médias oferece uma oportunidade relevante para entender as complexidades e as contradições do processo de urbanização no Brasil, especialmente no que diz respeito às desigualdades socioespaciais.

E, conforme visto, embora essas cidades desempenhem funções cruciais para o desenvolvimento regional, a intensificação do processo de urbanização tem gerado um aumento nas desigualdades internas, expressas em padrões de segregação espacial, disparidades no acesso a infraestrutura e serviços urbanos, exclusão social, entre outros.

Vale lembrar que a partir da segunda metade do século XX, com a intensificação da urbanização do país, muitas cidades, sobretudo as grandes metrópoles, passaram por um rápido e acentuado processo de crescimento. Diante deste cenário, de expansão desordenada e de uma série de problemas urbanos que passaram a caracterizar as grandes cidades e metrópoles do país, as cidades médias passaram a ser “vendidas” como locais que poderiam oferecer oportunidades e maior qualidade de vida.

Sobre o assunto, Amorim Filho e Serra (2001, p.1) afirmam que:

Estudos e reportagens têm freqüentemente divulgado a melhor qualidade de vida desfrutada pelos moradores das chamadas cidades médias. O morador dos grandes centros urbanos, principalmente nos países subdesenvolvidos, quando “capturado” por essa informação, pode encantar-se com alguns dos atributos divulgados dessas cidades, tais como: menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis geralmente mais acessíveis; e maior e mais próxima oferta de áreas verdes.

Para os autores, trata-se de um ponto de vista do imaginário dos moradores metropolitanos. Tal imagem contribuiu para o crescimento de muitas cidades médias que passaram a atrair fluxos populacionais e atividades econômicas. Tanto o estudo realizado por Andrade e Serra (2001), para o período até o ano 2000, quanto os recentes resultados do Censo Demográfico 2022 do IBGE, apontam para a expressividade do crescimento demográfico das cidades consideradas como médias no país.

Embora as cidades médias possam desempenhar papéis relevantes no âmbito, por exemplo, das políticas de descentralização territorial, além de apresentar alguns indicadores socioeconômicos mais atrativos à população e aos investimentos, sabe-se que é necessário um olhar mais atento e crítico a respeito destas realidades.

Conforme elucidado por diversos estudos, em muitos casos foi criado um imaginário a respeito das cidades médias, ocultando, em diversas situações, os vários problemas urbanos que também se fazem presentes nestas realidades. Isto porque frequentemente as cidades médias são consideradas como locais promissores do ponto de vista econômico e caracterizadas por uma maior qualidade de vida, principalmente para atender a interesses econômicos e políticos. O que se nota, na realidade, é que sob a lógica da produção capitalista do espaço, as desigualdades se fazem presentes e se aprofundam também nas cidades médias. Vieira (2011) lembra que muito tem se produzido sobre as desigualdades sociais e espaciais nas metrópoles, mas chama a atenção para o caso das cidades médias que, muitas vezes, embora identificadas como “ilhas de prosperidade”, apresentam também processos excludentes perversos e que acentuam ainda mais as desigualdades.

Também nesta direção, Pequeno (2008, p.2) destaca que se verifica uma ampliação das desigualdades independentemente do porte das cidades, uma vez que:

Os problemas urbanos atrelados ao quadro de desenvolvimento desigual, ainda que surjam primeiramente nas metrópoles, passam a se difundir rapidamente nas cidades que organizam os espaços não metropolitanos, generalizando-os, trazendo à tona o paradoxo da urbanização sem cidade e dos fragmentos de cidade sem urbanização.

Tendo em vista o foco desta pesquisa, é preciso enfatizar que as cidades médias também são caracterizadas por profundas desigualdades socioespaciais, uma vez que também são produtos do processo de produção do espaço urbano que, em sua concepção universal, ocorre sob os interesses capitalistas.

Nas cidades médias brasileiras, certos fenômenos podem ganhar contornos específicos, pois elas representam uma confluência de processos típicos tanto de grandes centros urbanos quanto de cidades menores ou mesmo ligado às dinâmicas do campo. Ao mesmo tempo em

que se verificam lógicas gerais e universais inerentes à produção capitalista da cidade, especificidades locais podem impactar significativamente este processo, sobretudo quanto aos diferentes agentes sociais que disputam e modelam o espaço urbano, evidenciando as contradições e as tensões que caracterizam a urbanização contemporânea. Este contexto pode ser elucidado por meio das particularidades regionais e das singularidades de cada cidade, bem como a partir de lógicas diversas, como por exemplo, o impacto das políticas públicas (Calixto, Maia e Spinelli, 2022; Jorge e Miyazaki, 2020), do agronegócio (Elias e Pequeno, 2007) ou mesmo das reconfigurações no âmbito das estratégias imobiliárias (Melazzo, 2013).

Vale lembrar que não se trata de compreender as cidades médias de maneira fragmentada e dissociada do processo mais amplo de urbanização brasileira. Sobre o assunto, Maia (2010) esclarece que o estudo das cidades médias e pequenas merece uma discussão particular, mas sem perder de vista a totalidade do fenômeno urbano: “sentimos necessidade de compreender as cidades médias e pequenas brasileiras não como um conhecimento à parte do processo de urbanização, ou da totalidade, mas sim como particularidades e singularidades” (Maia, 2010, p.18). Também nesta direção, Sposito (2010) enfatiza que, diante da variedade e complexidade dos papéis que a cidade média desempenha, é preciso reconhecer as suas particularidades no contexto mais amplo da urbanização.

É neste contexto que, neste trabalho, analisamos três cidades médias com o intuito de elucidar as desigualdades socioespaciais, a partir de dados censitários gratuitamente disponíveis, o que pode contribuir não apenas para os estudos urbanos, mas também para o diagnóstico e caracterização destas cidades como subsídio para políticas públicas e o planejamento urbano. No item a seguir contextualizamos cada uma das cidades analisadas, além de expor os resultados alcançados por meio da sistematização e mapeamento dos dados censitários.

O contexto das cidades médias analisadas

A seleção das três cidades médias analisadas nesta pesquisa, Dourados, localizado no Mato Grosso do Sul, Ituiutaba, em Minas Gerais e Presidente Prudente, no estado de São Paulo, se deve a um conjunto de fatores.

Primeiramente, vale lembrar que o foco desta pesquisa está em compreender as realidades não metropolitanas, relativas especificamente às cidades médias. As três cidades aqui analisadas constituem-se em cidades médias, no sentido mais amplo já discutido no item anterior, no que se refere aos seus papéis de intermediação na rede urbana. Tal aspecto está evidenciando tanto em diversos estudos já realizados sobre estas cidades, como também nos resultados do trabalho publicado pelo IBGE (2020), intitulado *Regiões de Influência das Cidades – REGIC*, cuja última edição se refere a 2018.

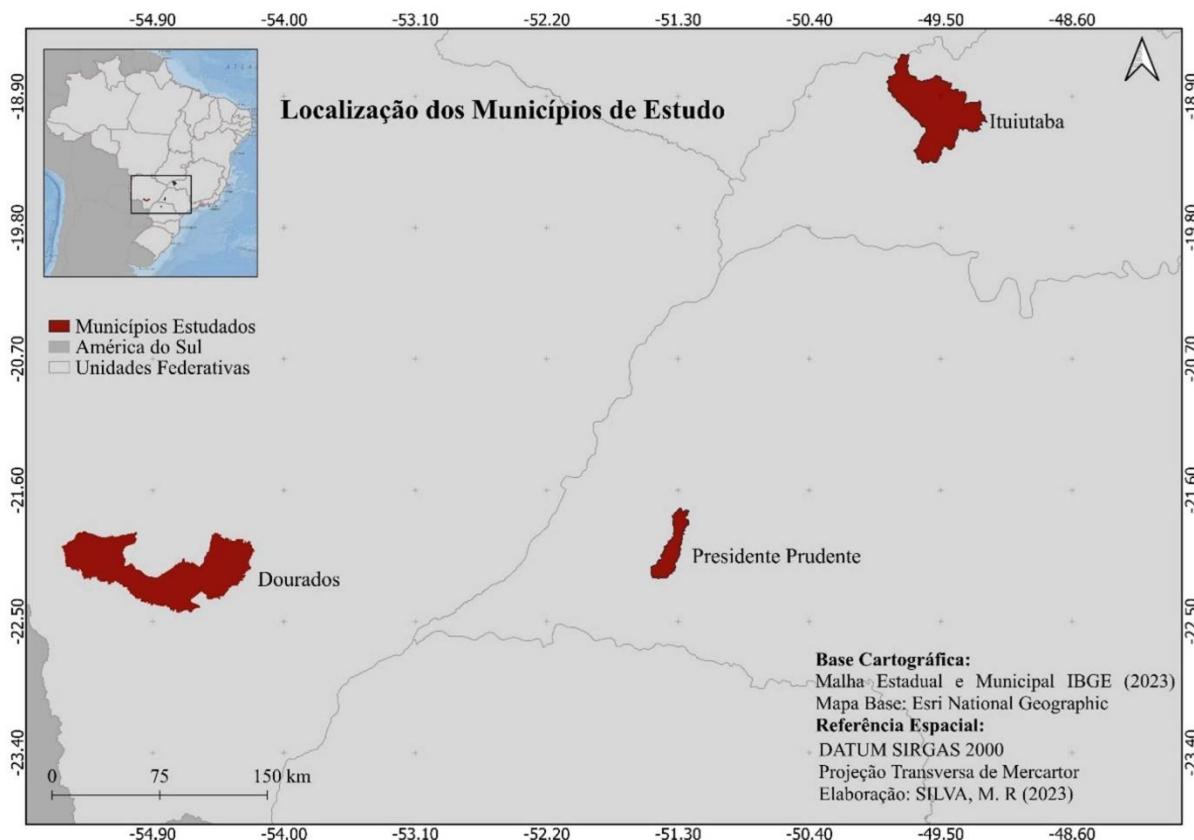
Porém, entre as diversas cidades médias existentes, cada uma inserida em diferentes contextos regionais do país, estas três cidades foram selecionadas pelo fato de fazerem parte do recorte de análise de um projeto de pesquisa coletivo³, intitulado “Morfologia urbana e fragmentação socioespacial: formas e processos espaciais em cidades não metropolitanas”, aprovado no âmbito da Chamada Universal CNPq nº 18/2021. Ao mesmo tempo, esta pesquisa, por sua vez, está vinculada a outra maior, intitulada “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas - FragUrb”, financiado na modalidade de Projeto Temático pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Portanto, a escolha das três cidades aqui elencadas não foi aleatória, uma vez que a análise destes centros urbanos tem como objetivo contribuir para estudos coletivos mais amplos.

³ Cabe ressaltar que os dois projetos de pesquisa maiores aqui mencionados abarcam um conjunto maior de cidades médias. No entanto, para este texto, focamos nas três cidades selecionadas pelo fato dos resultados já se encontrarem disponíveis.

Ao mesmo tempo, sabemos que no âmbito da diversidade regional brasileira, sobretudo quando tomamos a categoria analítica de Formação socioespacial, desenvolvida por Milton Santos (1977), as três cidades aqui selecionadas não são suficientes, sobretudo para abranger a pluralidade da urbanização brasileira. Porém, a partir destas três cidades, busca-se analisar os aspectos mais gerais, associadas às singularidades de cada uma, no sentido de contribuir para o estudo e o debate sobre as desigualdades socioespaciais nas cidades médias. Ou seja, não se trata de explicar o universal, mas sim compreender as diferentes combinações entre o geral e o singular nestas três cidades e, dessa maneira, tentar contribuir para a leitura das cidades médias no âmbito da urbanização brasileira.

As três cidades escolhidas estão localizadas no centro-sul do país, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Na figura 1 é possível verificar a localização dos municípios que compreendem as cidades analisadas. De certa maneira, trata-se de cidades inseridas no contexto da região concentrada, conforme tratado por Santos e Silveira (2006), uma vez que Dourados, embora esteja no centro-oeste, mantém fortes relações com o sul e sudeste a partir do desenvolvimento do agronegócio. Estas cidades retratam, portanto, apenas um recorte dentro da ampla e diversa urbanização brasileira.

Figura 1 – Localização dos municípios das cidades analisadas, 2023



Feita estas considerações, o foco deste texto está em evidenciar o potencial dos dados censitários disponibilizados pelo IBGE para caracterizar as desigualdades socioespaciais nas cidades. Sendo assim, recorremos à dois bancos de dados principais. O primeiro se refere aos resultados do universo do Censo Demográfico de 2010, por setores censitários, que apresenta variáveis como renda, alfabetização e saneamento básico. A opção pela edição de 2010 se deve ao fato de que os resultados de 2022 ainda não foram divulgados em sua totalidade, sobretudo por setores censitários. Até o momento, poucas informações do Censo 2022 foram divulgadas. O intuito, no futuro, é inclusive de realizar uma análise comparativa entre os resultados de

2010 e 2022, assim que todos os resultados deste último levantamento censitário forem disponibilizados.

O outro banco de dados se refere ao Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, que apresenta um potencial expressivo para os estudos urbanos (Porto-Sales et al., 2015), já que conta com variáveis como a localização de estabelecimentos de comércio e serviços, bem como a maior concentração de edificações em construção. A grande vantagem, no caso do CNEFE, é que o IBGE já disponibilizou os resultados para o Censo Demográfico de 2022. É, portanto, a partir destes dois bancos de dados que as informações estão sendo levantadas e mapeadas. A partir destas bases de dados, as informações foram sistematizadas e mapeadas para cada uma das cidades.

Antes de apresentar estes mapas, cabe contextualizar, mesmo que de maneira breve, as três cidades em questão. Na Tabela 1 é possível observar os aspectos populacionais dos municípios referentes às três cidades, tendo em vista a evolução demográfica de 2010 para 2022, bem como a taxa de urbanização (ainda disponível apenas para 2010).

Tabela 1 – Dourados, Ituiutaba e Presidente Prudente: população 2010-2022

Município	População 2010	Taxa de urbanização 2010	População 2022
Dourados	196.035	92,33	243.367
Ituiutaba	97.171	95,84	102.217
Presidente Prudente	207.610	97,96	225.668

Fonte: IBGE, 2010 e 2022.

Entre os três municípios, nota-se que Ituiutaba apresenta menor porte demográfico, apresentando pouco mais de 100 mil habitantes no último levantamento censitário, enquanto os demais apresentam valores superiores a 200 mil habitantes.

Já em relação à centralidade urbana, Presidente Prudente e Dourados foram classificadas como Capital Regional, enquanto Ituiutaba foi denominada como Centro Sub-regional (Quadro 1).

Quadro 1 - Dourados, Ituiutaba e Presidente Prudente: hierarquia urbana, 2018

Centro urbano	Hierarquia – Regic 2018
Dourados	Capital Regional C
Ituiutaba	Centro Sub-regional B
Arranjo Populacional de Presidente Prudente	Capital Regional C

Fonte: IBGE, 2020.

Apesar dessa diferença, trata-se de cidades que desempenham centralidade expressiva no âmbito de suas respectivas áreas de influência.

Do ponto de vista das condições socioeconômicas, a Tabela 2 apresenta alguns indicadores no sentido de contribuir para a caracterização destes municípios.

Tabela 2 - Dourados, Ituiutaba e Presidente Prudente: indicadores socioeconômicos

Município	PIB per capita (2021)	PIB a preços correntes (x1000 R\$) (2021)	IDHM (2010)
Dourados	55.246,68	12.595.689,78	0,747
Ituiutaba	35.891,17	3.797.931,79	0,739
Presidente Prudente	39.845,11	9.242.191,97	0,806

Fonte: IBGE, 2021.

Do ponto de vista econômico, é possível observar o destaque para Dourados, tanto em relação ao PIB per capita quanto ao montante total. Já no que se refere ao Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, o destaque fica para Presidente Prudente. Para complementar esta caracterização, a Tabela 3 apresenta os dados relativos a trabalho e rendimento.

Tabela 3 - Dourados, Ituiutaba e Presidente Prudente: trabalho e rendimento, 2022

Município	Salário Médio (salários-mínimos)	Pessoal Ocupado (%)	População com Renda até 1/2 Sal. Mínimo (%)
Dourados	2,3	35,05	30,80
Ituiutaba	1,9	26,30	25,73
Presidente Prudente	2,4	40,21	29,80

Fonte: IBGE, 2022.

Dourados e Presidente Prudente apresentam uma média salarial maior, bem como o percentual de pessoal ocupado no trabalho formal. Por outro lado, Ituiutaba possui o menor percentual de população com renda igual ou inferior a 1/2 salário-mínimo.

Por fim, a Tabela 4 detalha as informações relativas às condições de saúde e saneamento nos três municípios.

Tabela 4 - Dourados, Ituiutaba e Presidente Prudente: saúde e saneamento

Município	Mortalidade Infantil - óbitos por mil nascidos vivos (2022)	Internações por Diarreia - por 100 mil habitantes (2022)	Esgotamento Sanitário Adequado (2010) (%)	Arborização de Vias Públcas (2010) (%)	Urbanização de Vias Públicas (2010) (%)
Dourados	12,71	59,2	50,7	96,9	28,2
Ituiutaba	12,52	50,9	94,3	91,7	28,7
Presidente Prudente	13,41	37,7	98,1	95,9	34,6

Fonte: IBGE, 2010 e 2022.

Nota-se certa semelhança entre os valores apresentados por cada município, com algumas exceções, como a taxa de internações por diarreia (bem inferior em Presidente Prudente) e esgotamento sanitário adequado (bem inferior em Dourados).

Feita esta breve contextualização sobre as cidades selecionadas, partimos agora para a análise dos mapas produzidos com base nos dados censitários na escala intraurbana. Inicialmente, apresentamos os mapas referentes à variável de renda média dos responsáveis pelo domicílio (Figuras 2, 3 e 4).

Nas três cidades, é possível observar que a área central apresenta setores com elevada renda média do responsável pelo domicílio, com uma dispersão no seu entorno em direção a alguns setores mais periféricos. Em Ituiutaba, a concentração na área central é maior, embora se tenha destaque também em alguns setores a leste e sul. Já em Dourados há uma maior concentração dos setores de renda mais elevada ao norte, enquanto em Presidente Prudente está na direção sul. Por outro lado, os setores com rendimentos mais baixos estão nas áreas periféricas mais afastadas do centro, com destaque para as porções leste e sul, em Dourados, oeste e norte, em Ituiutaba, e oeste, leste e norte, em Presidente Prudente. Porém, vale lembrar que estes dados se referem ao levantamento censitário de 2010 e, desde então, muitas transformações ocorreram nestas cidades, sobretudo a partir da produção de novos empreendimentos imobiliários, seja aqueles de alto padrão, como espaços residenciais fechados, ou conjuntos habitacionais, principalmente por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

Figura 2 - Dourados: renda média do responsável pelo domicílio por setores censitários, 2010

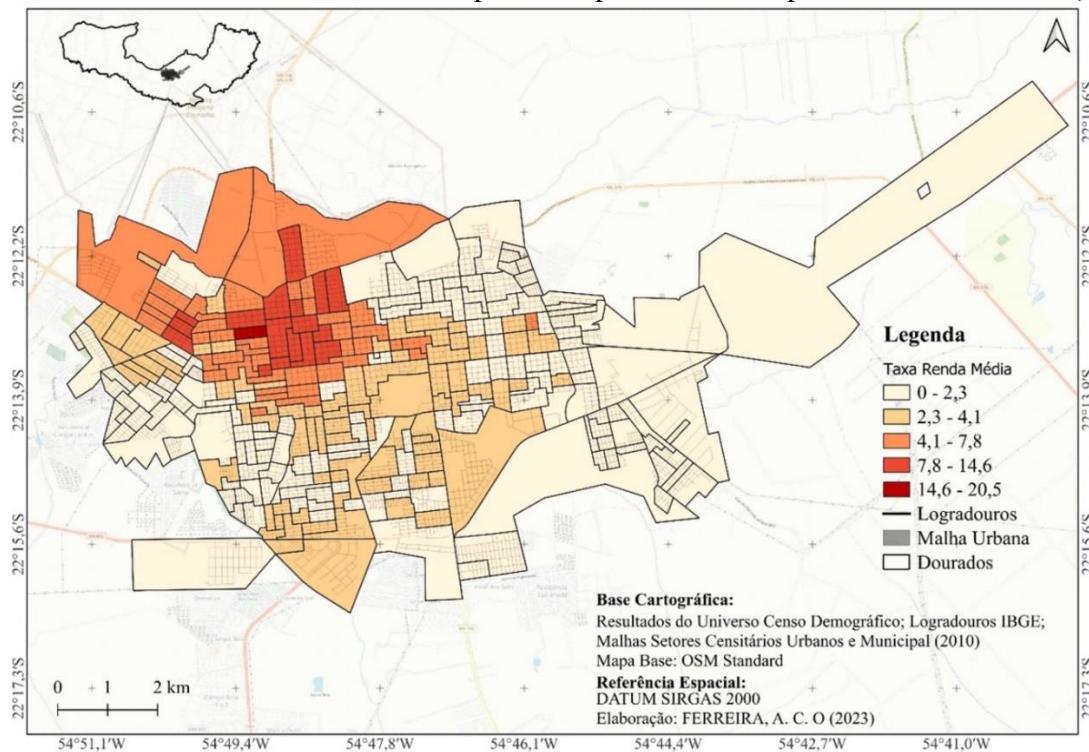


Figura 3 - Ituiutaba: renda média do responsável pelo domicílio por setores censitários, 2010

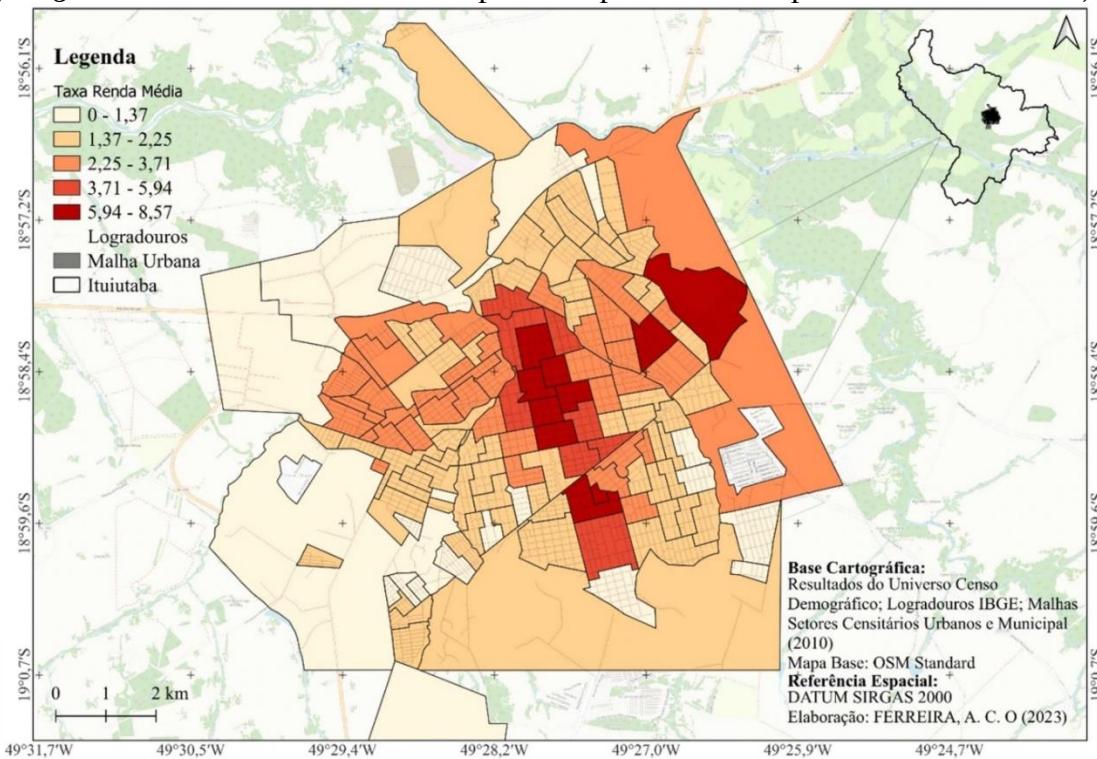
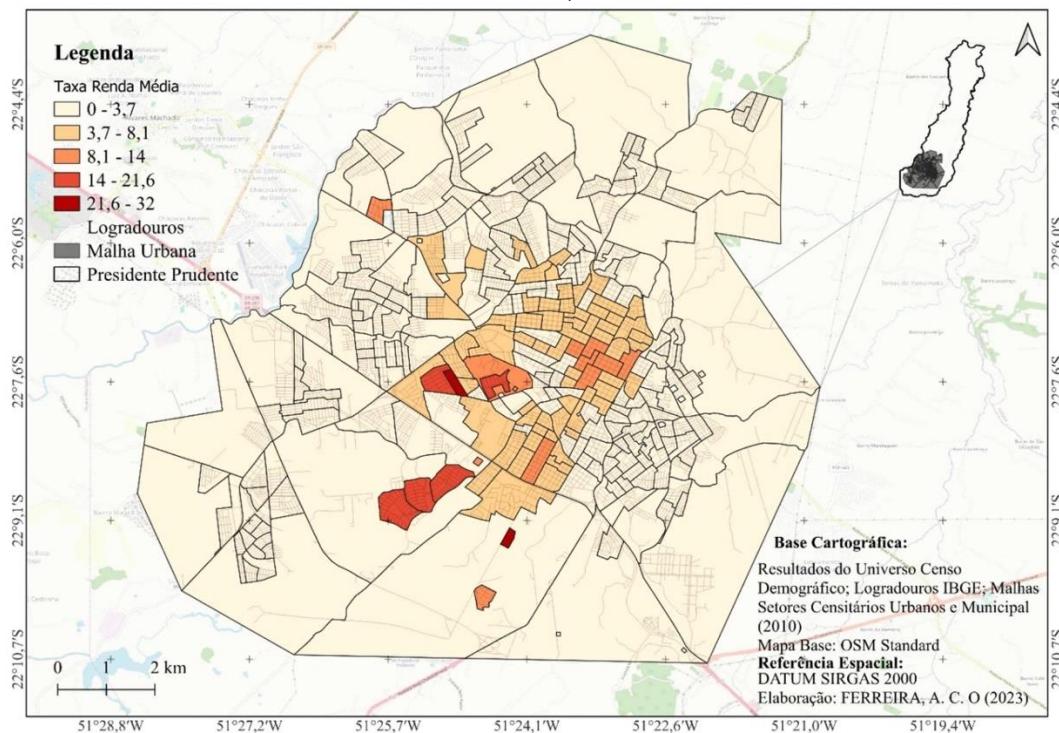


Figura 4 – Presidente Prudente: renda média do responsável pelo domicílio por setores censitários, 2010



Estes primeiros mapas, referentes à distribuição espacial da renda, já revelem uma primeira aproximação importante para se evidenciar as desigualdades socioespaciais nestas cidades. Porém, a variável renda, embora seja um fator relevante para a caracterização das desigualdades, não é o único determinante que pode revelar as diferenças em questão (Melazzo et al., 2003). Sendo assim, foram organizados mais três mapas (Figuras 5, 6 e 7) que representam o grau de escolaridade da população, considerando-se a variável referente à taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, também por setores censitários.

Quando se consideram os mapas referentes à taxa de alfabetização, é possível verificar que os aspectos já elucidados por meio da variável renda média do responsável pelo domicílio são, de certa forma, reforçados. Isto porque algumas áreas periféricas, justamente aquelas que apresentam as rendas mais baixas, também exibem as menores taxas de alfabetização. Por outro lado, os setores mais centrais apresentam as maiores taxas de alfabetização, coincidindo, em muitos casos, com aqueles setores que retratam as rendas mais elevadas.

Assim, ao considerar uma variável associada ao rendimento do responsável pelo domicílio e outra relacionada à escolaridade – especificamente a taxa de alfabetização dos moradores com 15 anos ou mais –, é possível obter, por meio desse conjunto de mapas, um delineamento inicial das desigualdades socioespaciais nas três cidades analisadas.

Ainda, vale lembrar que, assim como no caso da variável renda, a taxa de alfabetização também se refere às informações levantadas na ocasião do Censo Demográfico de 2010, uma vez que dados atualizados ainda não foram divulgados. Assim, é preciso ponderar que os mapas não representam as transformações ocorridas ao longo da última década.

De qualquer forma, a análise da localização dos setores que apresentam os melhores e piores índices, por exemplo, evidencia as disparidades espaciais resultantes do processo de produção do espaço urbano orientado pelos interesses do capital, conforme já discutido anteriormente.

Porém, outras variáveis disponibilizadas pelo Censo Demográfico podem ser incorporadas à análise, sobretudo aquelas cujos dados estão organizados por setores censitários. Como exemplos de variáveis que auxiliam na caracterização das desigualdades socioespaciais, podemos citar as condições de acesso à serviços e saneamento básico, tais como

o número de domicílios com ligação de água encanada, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação nas ruas, entre outras. As informações referentes a estas variáveis também estão sendo sistematizadas e mapeadas no âmbito deste estudo.

Figura 5 – Dourados: taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, por setores censitários, 2010

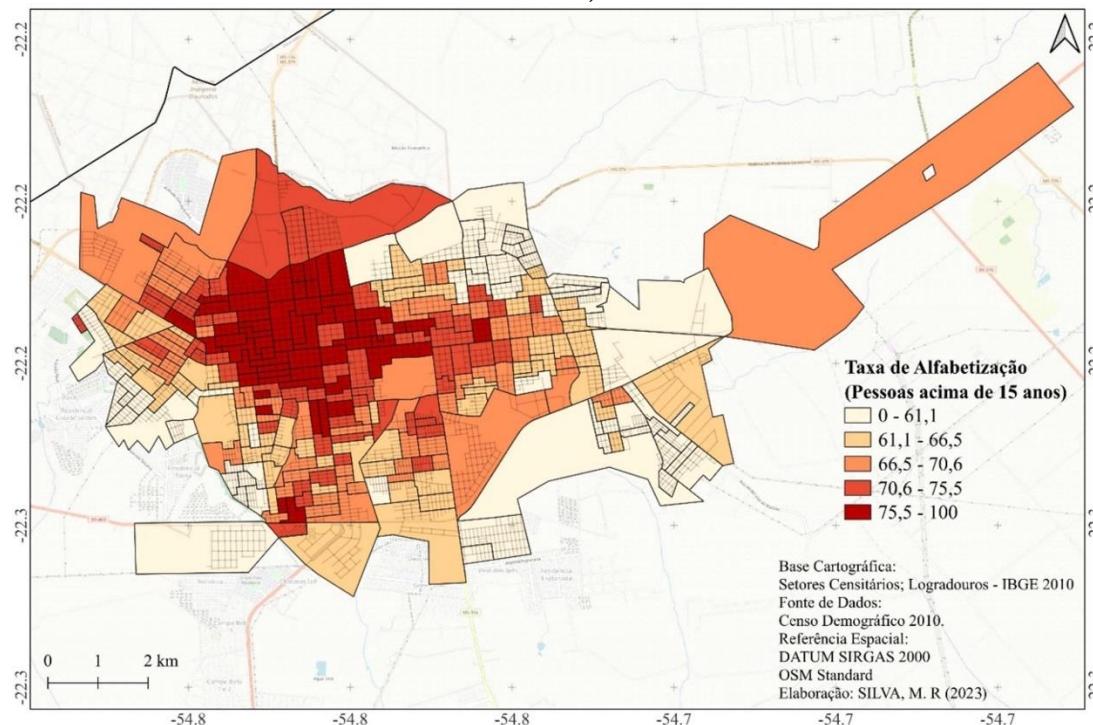


Figura 6 – Ituiutaba: taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, por setores censitários, 2010

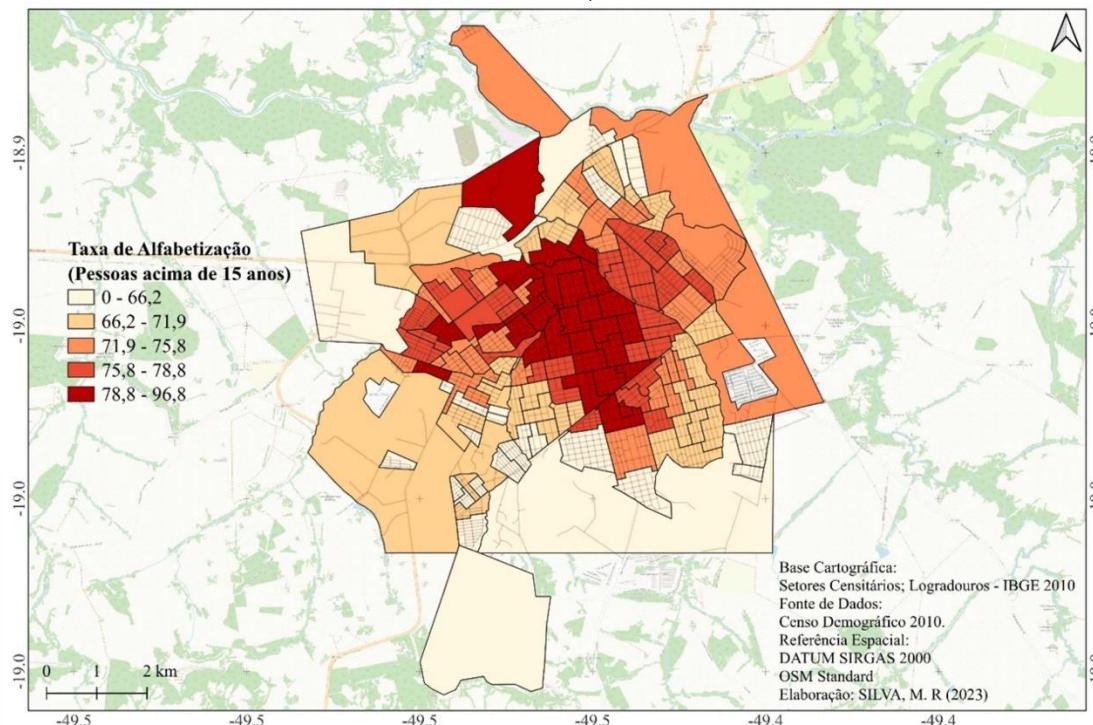
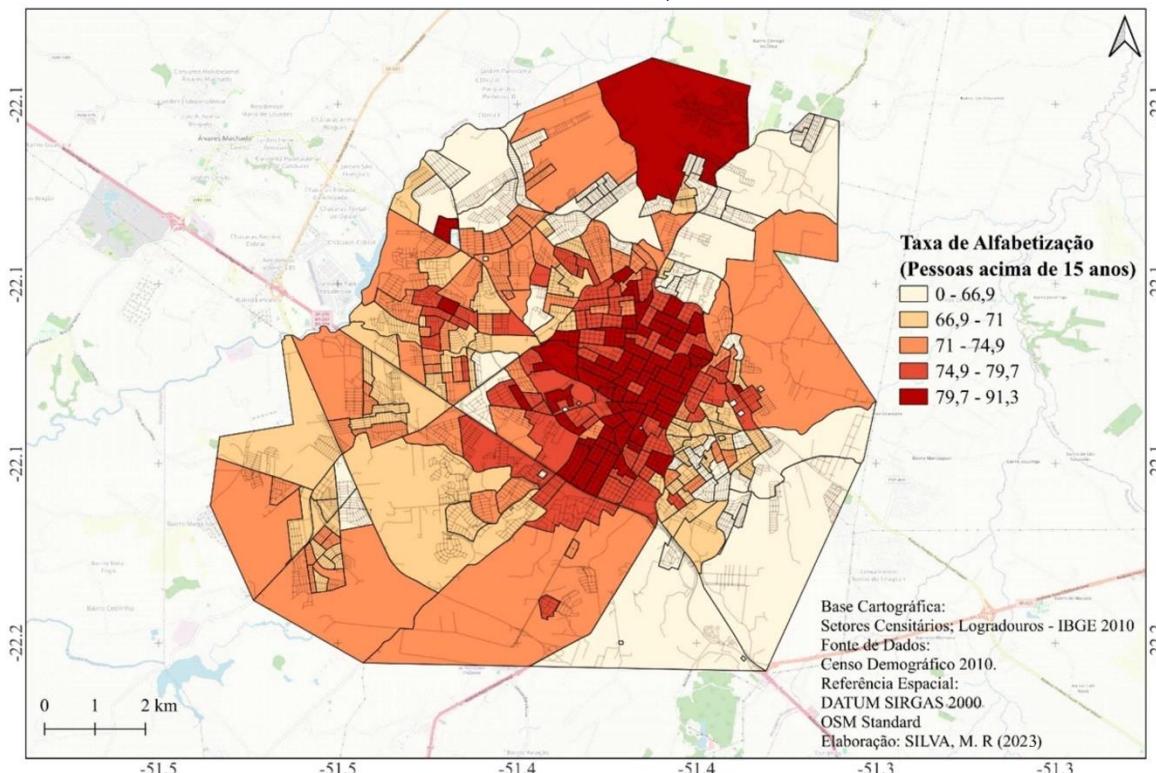


Figura 7 – Presidente Prudente: taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais, por setores censitários, 2010



Para poder explorar outro banco de dados relevante disponibilizado pelo IBGE, optamos, neste texto, em apresentar também os mapas produzidos com base no Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE. A variável selecionada, neste caso, foi a localização dos estabelecimentos de outras finalidades, que engloba o comércio, os serviços e a indústria. Neste caso, o mapeamento destes estabelecimentos permite evidenciar as áreas da cidade que concentram maior quantidade de comércio, serviços e indústria, fundamental para se estimar as distâncias que os moradores precisam percorrer para atender as suas demandas cotidianas de consumo, lazer e trabalho.

Trata-se, portanto, de um aspecto importante para se compreender as desigualdades socioespaciais, uma vez que, conforme já elucidado por Pereira et al. (2020), há expressivas relações entre a acessibilidade dos moradores, sobretudo aqueles de renda mais baixa e residentes nas áreas mais afastadas, com a conformação das desigualdades.

Assim, os mapas apresentados nas Figuras 8, 9 e 10 representam esta variável do CNEFE, considerando-se a localização e a concentração dos estabelecimentos de outras finalidades, neste último caso, por meio da interpolação dos dados na representação espacial⁴. Cabe lembrar que no caso do CNEFE, os dados sistematizados se referem ao Censo Demográfico de 2022, que já foram disponibilizados.

Ao se observar as figuras é possível delimitar claramente o centro destas cidades, por se destacarem quanto à quantidade de comércio e serviços. Para além da área central, ficam

⁴ Neste ponto destacamos que ao invés de localizar pontualmente cada endereço correspondente aos estabelecimentos, optamos por elaborar mapas de calor por meio da técnica de kernel, para estimar a intensidade de ocorrências por área. Sobre esta técnica, Porto-Sales (2014, p. 200) afirma que “esta é uma das funções que realiza a contagem de pontos dentro de uma área de influência, ponderando, pela distância entre eles na unidade de área estabelecida, o nível de ocorrência dos pontos (dos estabelecimentos comerciais e de serviços)”.

evidentes as principais vias de circulação ao longo dos quais os estabelecimentos de comércio e serviços se concentram, configurando, inclusive, alguns eixos comerciais ou subcentros.

Figura 8 – Dourados-MS: localização e concentração de estabelecimentos de outras finalidades, 2022

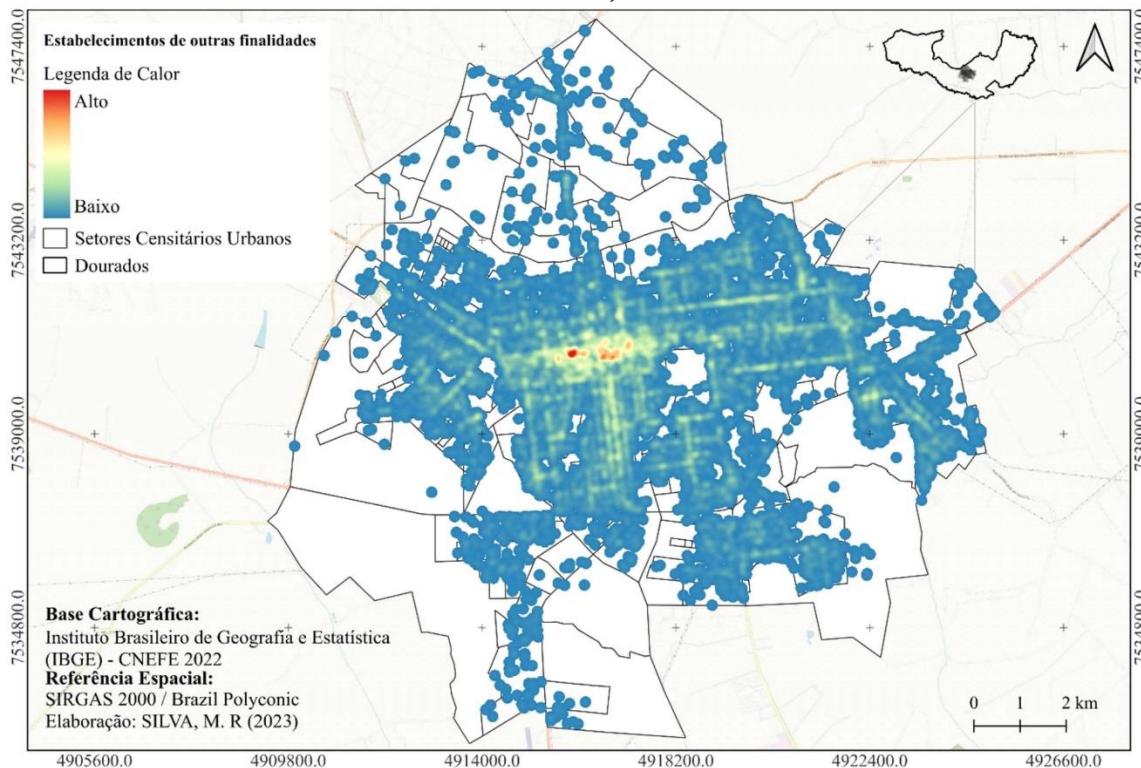


Figura 9 – Localização e concentração de estabelecimentos de outras finalidades, 2022

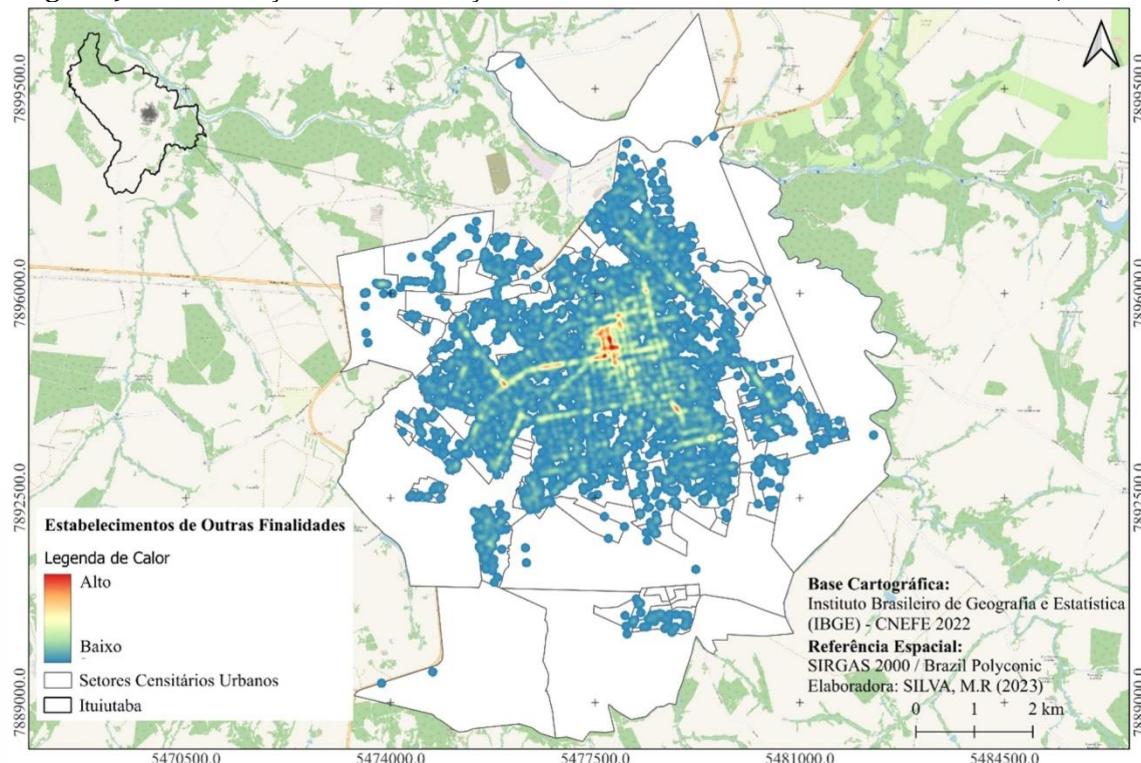
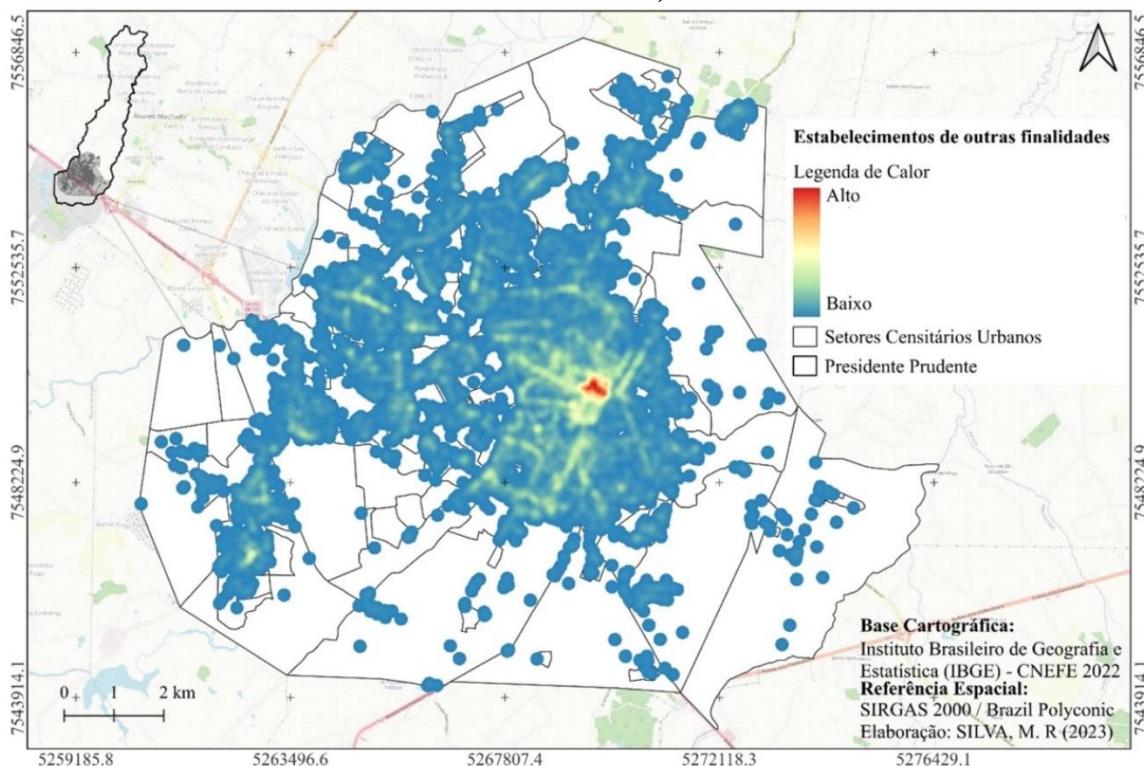


Figura 10 – Presidente Prudente-SP: localização e concentração de estabelecimentos de outras finalidades, 2022



Embora possa haver certo descompasso entre os aspectos representados nas Figuras 8, 9 e 10 com as anteriores, por conta da diferença no período censitário representado, é possível estabelecer algumas relações relevantes. É perceptível, por exemplo, que a maior concentração dos estabelecimentos comerciais e de serviços está nas áreas mais centrais, ficando distante dos setores que apresentam os piores indicadores socioeconômicos apresentados anteriormente. Assim, o cenário de desigualdades socioespaciais se aprofunda, pois a população com renda mais baixa e com menores taxas de alfabetização, por exemplo, precisam se deslocar, em muitos casos, por distâncias expressivas para se chegar às áreas com maior quantidade e variedade de comércios, serviços e empregos.

Ainda no que se refere ao CNEFE, esta base de dados oferece também outras variáveis pertinentes, como a localização de domicílios por endereços, a quantidade de edificações em construção, ou mesmo o número de estabelecimentos por atividade, como saúde e educação, por exemplo.

Tendo em vista os resultados aqui apresentados, pode-se observar dois aspectos principais. Primeiramente, a configuração de desigualdades socioespaciais expressivas nestas três cidades médias analisadas, apresentando certas semelhanças quanto às lógicas gerais da produção do espaço urbano, bem como singularidades decorrentes as especificidades locais. Em segundo lugar, fica evidente o potencial dos dados censitários disponibilidades pelo IBGE para a caracterização do espaço intraurbano das cidades e, por estarem disponíveis gratuitamente, podem ser acessados tanto por pesquisadores quanto pelos gestores públicos, oferecendo, portanto, possibilidade de construção de diagnósticos que orientem melhor as políticas públicas e subsidiem o planejamento urbano.

Considerações finais

Conforme destacado neste texto, o processo de urbanização no Brasil trouxe transformações notáveis para a estrutura e organização das cidades, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Neste cenário, as repercuções na configuração e aprofundamento das desigualdades socioespaciais em diversas realidades, inclusive nas cidades médias, foi bastante expressivo.

É neste contexto que este artigo propôs a análise de três cidades médias para, de um lado, caracterizar e compreender as desigualdades socioespaciais nos centros urbanos selecionados, mas, também, para evidenciar o potencial dos dados censitários disponibilizados gratuitamente pelo IBGE.

No que se refere ao contexto das cidades médias, é preciso lembrar que a pesquisa não busca compreender estas cidades de maneira fragmentada e dissociada do processo mais amplo de urbanização brasileira. Conforme desenvolvido ao longo do texto, partimos da ideia de que o estudo das cidades médias requer uma discussão particular, mas sem perder de vista a totalidade do fenômeno urbano. No caso deste estudo, ao se evidenciar as desigualdades socioespaciais nas cidades médias analisadas, levanta-se questões para se refletir sobre as características destas cidades e as suas repercuções no âmbito da rede urbana, a partir das relações que se estabelecem com centros urbanos maiores e menores. Embora muitas vezes tratadas como cidades “promissoras”, a realidade se mostra muito mais complexa diante das desigualdades socioespaciais e seus impactos no âmbito da escala intraurbana e mesmo da rede.

Além disso, os resultados apresentados demonstram tanto a configuração das desigualdades socioespaciais que marcam cada uma das cidades analisadas, quanto a eficiência dos dados censitários para esta caracterização, tornando-se relevante para os estudos urbanos e, também, para a gestão e o planejamento urbano.

Conforme já exposto, o conjunto de mapas elaborados e apresentados ao longo do texto revela uma configuração marcante de desigualdades socioespaciais nas três cidades médias analisadas. Esses mapas evidenciam semelhanças nas dinâmicas gerais de produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que destacam singularidades decorrentes das especificidades locais.

Quanto à relevância e o potencial dos dados censitários disponibilidades pelo IBGE para a caracterização do espaço intraurbano das cidades, estes se demonstraram bastante promissores, pois são disponibilizados gratuitamente e possíveis de serem manuseados em planilhas acessíveis e, para alguns, por meio de sistemas de informação geográfica de acesso livre. Dessa forma, são dados que podem ser acessados e manuseados tanto por pesquisadores quanto por gestores do poder público, oferecendo, portanto, a possibilidade de elaboração de diagnósticos mais precisos para as cidades e que orientem políticas públicas e subsidiem o planejamento urbano.

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio financeiro e pela concessão de bolsa de iniciação científica no âmbito da Chamada Universal CNPq nº 18/2021 (Processo 409691/2021-6), bem como pela Chamada CNPq 4/2021 - Bolsista de Produtividade em Pesquisa (Processo 315474/2021-1).

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, por meio do Auxílio à Pesquisa – Temático (Processo 18/07701-8).

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, por meio do Edital Demanda Universal FAPEMIG nº 1/2018 (Processo APQ-03169-18).

Referências

- AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. In: Encontro Nacional de Geógrafos, 2., 1976, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectiva do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- CALIXTO, M. J. M. S.; MAIA, D. S.; SPINELLI, J. (org.). **Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias**. Rio de Janeiro: Editora Consquênciia, 2022.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p.25-39, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951695003.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- IBGE. **Tipologia intraurbana**:espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** - 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- JORGE, R. M. S. D.; MIYAZAKI, V. K. Análise sobre os impactos do programa minha casa minha vida na cidade de Ituiutaba-MG. **Revista GeoUECE**, v.9, n.17, p. 87-103, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/4469>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.
- MELAZZO, E. S. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 29 a 40, sep. 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1118>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MELAZZO, E. S.; FERREIRA, J. C.; MIYAZAKI, V. K. Mapeando a distribuição da renda no espaço intra-urbano de Presidente Prudente/SP. In: Congresso de Extensão Universitária, 2., Bauru. **Anais...** Bauru: Unesp, 2003.

MOTTA, D.; MATA, D. Crescimento das cidades médias. Boletim Regional e Urbano, **Ipea**, n.1, p.33-38, 2008. Disponível em:
https://www.academia.edu/download/30428910/bru_01.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

PENNA, N. A.; FERREIRA, I. B. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidade nas cidades. **Mercator**, v.13, n.3, p.25-36, 2014. Disponível em:
<https://doi.org/10.4215/RM2014.1303.0002>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. In: Colóquio Internacional de Geocrítica, 10., 2008, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universidad de Barcelona, 2008.

PEREIRA, R. H. M.; BRAGA, C. K. V.; SERRA, B.; NADALIN, V. G. Desigualdades socioespaciais e acesso a oportunidades nas cidades brasileiras – 2019. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020.

PORTO-SALES, A. L.; COUTO, E. M. J.; WHITACKER, A. M.; SPOSITO, M. E. B.; REDÓN, S. M.; MIYAZAKI, V. K. Pesquisa em geografia urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 36, p. 81-103, 2015. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3194>. Acesso em: 12 abr. 2023.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais a luta pelo direito à cidade. **Revista cidades**, v. 4, n. 6, p.73-88, 2007. Disponível em:
<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12796>. Acesso em: 08 jul. 2023.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p.81-99, 1977. Disponível em:
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Desafios para o estudo das cidades médias. In: Seminario Internacional da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio, 11., 2010, Mendoza. **Anais...** Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 51of. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

VIEIRA, A. B. Desigualdades socioespaciais intraurbana: uma análise comparativa de três cidades médias – Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. **Geografia em questão**, v.4, n.1, p.18-28, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4461>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Recebido em: 30/06/2023.
Aprovado para publicação em: 29/12/2023.